

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo base para opinião com ressalvas

A implantação do controle físico-financeiro dos bens do ativo imobilizado está em andamento. Em 2013 o inventário físico geral foi concluído e sua conciliação com os registros contábeis poderá resultar em ajustes no Patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa, a administração entende que na data de elaboração das demonstrações contábeis os bens não sofreram perda de recuperabilidade que requerem ajustes.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da mutação do patrimônio social para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa número 1 "a ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 que administra os complexos: Estação das Docas, Hangar – Convenções e Feiras e Mangal das Garças", através de Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Cultura – SECULT. A continuidade dos seus negócios depende do aditamento ou de renovação do Contrato, anualmente.

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas segundo práticas aplicáveis a entidades em regime normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e/ou reclassificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à reclassificação de passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades da Entidade.

Outros assuntos

Somos de opinião que houve o cumprimento do Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Pará/ Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, por parte da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000.

A receita própria foi de R\$ 15.940.442,49 (R\$ 15.663.894,01 em 2011), embora em 2012 ainda apresente um déficit de R\$ 1.497.364,29 (R\$ 951.911,25 em 2011), em razão da assunção de custos e perdas de períodos anteriores, conforme descrito no parágrafo a seguir.

Em 19/04/2013 emitimos opinião sobre as demonstrações contábeis de 2012 com ressalvas: a) sobre valores a receber e a pagar oriundos até de 2006 e de difícil realização e pagamento, b) falta de confirmações diretas dos assessores jurídicos e c) falta de controle físico-financeiro e de ajuste do imobilizado e ênfase quanto à continuidade do negócio em razão da necessidade de aporte de recurso para cobertura dos déficits operacionais e falta de provisão para contingências fiscais por Auto de Infração da Prefeitura Municipal de Belém.

Em reunião do Conselho da PARÁ 2000 de 20/11/2013 e de 05/03/2014 entre a SECULT e Conselheiros e Administradores da PARÁ 2000, decidiu-se sobre a não aprovação do balanço de 2010 e, conseqüentemente, em razão do não reconhecimento de valores daquele balanço, apresentar novas demonstrações de 31/12/2011 e 31/12/2012, auditadas.

A administração também decidiu por reconhecer em 2012 a provisão para contingências fiscais (R\$ 847.741,12).

O montante dos ajustes (2011 e 2012) representou uma redução líquida no patrimônio no valor de R\$ 1.072.910,09, em relação às demonstrações anteriormente auditadas.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, forma por nós auditadas e, em 08 de maio de 2014, emitimos parecer com ressalva sobre a falta de controle-financeiro dos bens do ativo imobilizado e ênfase quanto a continuidade dos negócios da Entidade.

Belém, 08 de maio de 2014.

R & M AUDITORES INDEPENDENTES E CONSULTORES S/S
CNPJ: 01.591.859/0001-85 CRC-PA 292/O - AD CVM 8559

Ubirajara dos Santos Rodrigues
CRC-RJ 058609/0-5 T-PA

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE Exercício 2013

Examinamos as demonstrações contábeis da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, dos fluxos de caixa e da mutação do patrimônio social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

Os administradores da Organização Social Pará 2.000 são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Organização Social Pará 2000 para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo base para opinião com ressalvas

A implantação do controle físico-financeiro dos bens do ativo imobilizado está em andamento. Em 2013 o inventário físico geral foi concluído e sua conciliação com os registros contábeis poderá resultar em ajustes no Patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa, a administração entende que na data de elaboração das demonstrações contábeis os bens não sofreram perda de recuperabilidade que requerem ajustes.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima

referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da mutação do patrimônio social para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa número 1 "a ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 que administra os complexos: Estação das Docas, Hangar – Convenções e Feiras e Mangal das Garças", através de Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Cultura – SECULT.

A continuidade dos seus negócios depende do aditamento ou de renovação do Contrato, anualmente.

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas segundo práticas aplicáveis a entidades em regime normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e/ou reclassificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à reclassificação de passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades da Entidade.

Outros assuntos

Somos de opinião que houve o cumprimento do Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Pará/ Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, por parte da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000.

A receita própria de 2013 foi de R\$ 20.658.078,00 (R\$ 15.940.442,49 em 2012), que contribuiu para um superávit de R\$ 702.301,25 (déficit de R\$ 1.497.364,29 em 2012).

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e, em 08 de maio de 2014, emitimos parecer com ressalva sobre a falta de controle físico-financeiro dos bens do ativo imobilizado e ênfase quanto à continuidade dos negócios da Entidade.

Belém, 09 de maio de 2014.

R & M AUDITORES INDEPENDENTES E CONSULTORES S/S
CNPJ: 01.591.859/0001-85 CRC-PA 292/O - AD CVM 8559

Ubirajara dos Santos Rodrigues
CRC-RJ 058609/0-5 T-PA

REPRESENTANTES DA PARÁ 2000

Gabriela Teixeira Chaves Landé – Presidente da Pará 2000
Franklin Cabral de Vasconcellos – Diretor Administrativo e Financeiro da Pará 2000

CONSELHO FISCAL

Adélia Maria da Silva Macedo – Membro do Conselho Fiscal
Roberto Carlos Fernandes Dias – Membro do Conselho Fiscal
Alberto Soares – Membro do Conselho Fiscal
Joubert Luiz Barbas Bahia – Membro do Conselho Fiscal
Norma Conceição Melo Lima da Rocha – Membro do Conselho Fiscal

MEMBROS DO CONSELHO EM 2014 CONSELHO ADMINISTRATIVO

Dilermando Guedes Cabral – Presidente do Conselho Administrativo
Paulo Roberto Chaves Fernandes – Membro do Conselho Administrativo
Ana Cristina Klautau Leite Chaves – Membro do Conselho Administrativo

João Carlos Braga – Membro do Conselho Administrativo
Igor Chamon Assumpção Seligman – Membro do Conselho Administrativo

Etiane Maria Borges Arruda – Membro do Conselho Administrativo
Arnaldo Lobo Neto – Membro do Conselho Administrativo
Carlos Acatauassu Freire – Membro do Conselho Administrativo
Jaqueline Malcher – Membro do Conselho Administrativo

AGROPECUÁRIA SANTA BÁRBARA XINGUARA S/A NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748681

CNPJ 07.336.695/0022-50, torna público que celebrou com a SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA/PA, CNPJ 34.921.783/0001-68, TERMO DE COMPROMISSO PARA AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 006/2014, no qual consta a necessidade de recomposição de 109,6927 hectares de Preservação Permanente, e na regularização de 4.260,5143 hectares de Reserva Legal, dos imóveis rurais denominados Fazenda Conjunto Castanhais e Fazenda Mundo Novo, com as seguintes matrículas: nº 2140, nº 0230 e nº 7.424, estas com registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Xinguara/PA e matrículas nº 0246, nº 0229, nº 1.155, nº 0228, nº 1.156, nº 1.154 e nº 0231, com registro junto ao Cartório de Registro de Curionópolis/PA. O TAC foi celebrado em 12 de Setembro de 2014 e tem vigência de 20 anos. AGROPECUÁRIA SANTA BÁRBARA XINGUARA S/A, CNPJ 07.336.695/0021-70, torna público que celebrou com a SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA/PA, CNPJ 34.921.783/0001-68, TERMO DE COMPROMISSO PARA AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 025/2014, no qual consta a necessidade de regularização de 1.388,2455 hectares de Área de Reserva Legal, dos imóveis rurais denominados Fazenda Santa Fé I e Fazenda Santa Fé II, matrículas nº 2.726 e nº 3.514, ambas do Cartório de Registro de Imóveis de Xinguara/PA. O TAC foi celebrado em 15 de Setembro de 2014 e tem vigência de 20 anos.

AÇAI DO FRANCISCO LTDA - ME, NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748591

Firma desta praça com sede a Av. Alcindo Cacela nº 1298, Belém - Pará, com inscrição no CNPJ nº 05.649.738/0001-06. declara o extravio do registro de entradas de nº 01 ano 2004, e requer de V.Sas o registro do livro de entradas posterior de nº Um.

WELTER & WELTER LTDA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748593

CNPJ Nº 05.049.572/0001-89, localizada no km 77, Rod. Transamazônica, Mun. de Rurópolis, torna público que através do Prot. 24013/2014, Requereu da SEMA/STM Licença de Operação para desdobro de madeira em tora para produção de madeira serrada.

Particulares

.PLAINA DO CLAUDOMIRO JOÃO FALEIRO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748476

CPF: 291.961.162-34, torna público que requereu da Secretaria de Meio Ambiente Municipal de Placas SEMMA – PA a licença de operação para a atividade de desdobro de madeira e aproveitamento- Protocolo 013/2014.

ERENILDA G. BARBOSA HABI B NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748632

CPF nº 294.830.002-97, torna público que recebeu da SEMMA/Goianésia do Pará AUTEF nº 0004/2014 para exploração econômica de madeira e lenha em área de floresta plantada em 541,82 ha na Faz. Planalto, válida até 03/07/2015. Erenilda G. Barbosa Habib, CPF nº 294.830.002-97, torna público que recebeu da SEMATUR/JACUNDÁ-PA AUTEF nº 001/2014 para exploração econômica de madeira e lenha em área de floresta plantada em 341,80 ha na Faz. Nossa Sra. Aparecida válida até 30/06/2015

ADRIANA FERREIRA VIANA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748634

CPF nº 922.221.372-68, torna público que recebeu da SEMATUR/JACUNDÁ-PA AUTEF nº 002/2014 para exploração econômica de madeira e lenha em área de floresta plantada em 405,910 ha na Fazenda Nossa Senhora Aparecida II válida até 30/06/2015.

ADENION DA COSTA HIDELFONSO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 748636

CPF nº 830.604.052-04, torna público que recebeu da SEMATUR/JACUNDÁ-PA AUTEF nº 003/2014 para exploração econômica de madeira e lenha em área de floresta plantada em 289,5553 ha na Fazenda Beira Rio válida até 30/06/2015.